



**AVALIAÇÃO DE PROCESSO DA IN MPA Nº 9/2013 PARA O  
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO**

**IN MPA Nº 9/2013 PROCESS EVALUATION FOR MANAGEMENT  
IMPROVEMENT**

**Maria De Fátima Vieira Crespo  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

**RESUMO**

A avaliação de políticas públicas assumiu relevância para o planejamento e gestão do Estado. Nessa concepção, buscou-se análise qualitativa das fases de formulação e implantação da Instrução Normativa (IN) Nº 9 de 2 de julho de 2013, em que Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) estabeleceu normas de acondicionamento para fins de transporte terrestre e aquaviário de carga viva de indivíduos de caranguejo-uçá. Fez-se levantamento bibliográfico sobre a temática, com vistas debater as possibilidades e limitações da metodologia corrente sob o enfoque da avaliação de processo para o aperfeiçoamento da gestão da cadeia produtiva do caranguejo-uçá. Os objetivos da IN na região do delta do rio Parnaíba foram alcançados, provavelmente atribuído à participação direta dos beneficiários no processo de elaboração, planejamento e implantação. Conclui-se que a avaliação de processo permite apontar os êxitos e as dificuldades, portanto, possibilitando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão em outras regiões atingidas pela normativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública. *Ucides cordatus*. IN MPA Nº 9/2013.

**ABSTRACT**

The public policies evaluation has taken relevance for the planning and management of the State. In this conception, a qualitative analysis of the formulation and implementation phases of Normative Instruction (IN) No. 9 of July 2, 2013 was sought, in which the Ministry of Fisheries and Aquaculture (MPA) established storage standards for ground transportation purposes and water transport of live cargo of individuals of fiddler crab (uçá). A bibliographical survey was made on the subject, aiming to discuss the possibilities and limitations of the current methodology under the process evaluation approach for the improvement of the fiddle crab production chain management. The IN objectives in the Parnaíba River Delta region were reached, probably attributed to the direct participation of the beneficiaries in the process of preparation, planning and implementation. It can be concluded that the process evaluation allows to point out achievements and difficulties, thus making it possible to contribute to the improvement of management in other regions affected by the regulations.

**KEYWORDS:** Public policies. *Ucides cordatus*. IN MPA Nº 9/2013.



## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão do Estado, ao subsidiar o planejamento e formulação das intervenções oficiais, o acompanhamento da implementação, reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações.

É um importante instrumento para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo. Desse modo, a avaliação de políticas públicas é um processo de aperfeiçoamento da gestão do Estado.

Nessa concepção e para fins deste artigo, buscou-se uma análise qualitativa das fases de formulação e implementação da Instrução Normativa (IN) de Nº 9, de 2 de julho de 2013, por meio da qual o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) estabeleceu normas de acondicionamento para fins de transporte terrestre e aquaviário de carga viva de indivíduos de caranguejo-uçá, em uma perspectiva de avaliação de processo.

Os procedimentos metodológicos alicerçaram-se primeiramente na exposição das principais razões para a adoção da prática da avaliação de políticas pública, seguido da apresentação dos conceitos e metodologias utilizados no campo da avaliação. Logo após, analisou-se as fases de formulação e implantação da IN MPA Nº 9 de 2 de julho de 2013. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico sobre a temática, com vistas debater as possibilidades e limitações da metodologia corrente sob o enfoque da avaliação de processo, como aperfeiçoamento da gestão da cadeia produtiva do caranguejo-uçá.

## 2 RAZÕES DO ESTADO PARA ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado é entendido como a principal entidade responsável por promover o desenvolvimento nacional e pode representar um projeto político pró-capital (SERAFIM; DIAS, 2012).

Adendam que com o colapso do Estado comunista, nos anos 1980 e 1990, o mundo foi tomado por uma onda de ideologia neoliberal que pregava o “Estado Mínimo”. Entretanto esse modelo mostrou-se irrealista, principalmente para os países em desenvolvimento, onde as políticas públicas desempenham um papel estratégico para aliviar a pobreza e torná-los mais compatíveis com uma economia de mercado.



Segundo Bresser-Pereira (1996), emergiu a administração pública gerencial, em que a administração não está apenas orientada para o lucro, mas também para o atendimento do interesse público.

Consoante Ala-Harja e Helgason (2000), o crescente interesse dos governos nos estudos de avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficiência e desempenho da gestão pública, pois essas ferramentas de avaliações de políticas e programas permitem que formuladores e implementadores tomem suas decisões com maior conhecimento, maximizando o resultado do gasto público, identificando êxitos e superando pontos de estrangulamento. Portanto, é um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões.

No Brasil, a análise de políticas públicas expandiu-se na década de 1980, impulsionada pela redemocratização do Estado que trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos. A diminuição da capacidade de gasto público diante a crise fiscal, o aumento da pressão por maior eficiência, a crescente desigualdade social com a política econômica neoliberal adotada, a desestruturação da função de planejamento, que deixou os governantes sem elementos de informação e a avaliação, preocupação com a aferição dos resultados esperados e não-esperados, alcançados pela implementação dos programas, e a necessidade de entender o processo pelo qual alcançaram ou não esses resultados orientaram as análises dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação (GARCIA, 1997; MELO, 1999; SILVA, 2014).

Entende-se que o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político administrativo de resolução de problemas, que correspondem às fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas (FREY, 2000).

Desse modo, sublinha-se a necessidade de refletir sobre os conceitos e os aspectos metodológicos da avaliação das políticas públicas adotadas pelo Estado.

### 2.1 Reflexão conceitual da avaliação de políticas públicas

As políticas públicas surgiram na França em 1789, como uma concepção universalista. Porém, apesar de que com o tempo passava a incorporar as questões sociais, mas foi somente entre os anos 1960 e 1970 que se tornou um subcampo significativo da ciência política, como um direito inerente de todo cidadão, independente da condição social. Outrossim, apresentam distintos suportes legais, como disposições constitucionais, leis, normas, decretos e portarias,



e instrumentos jurídicos de outra natureza, como contratos de concessão de serviço público (BUCCI, 2006).

Consoante Frey (2000), o termo políticas públicas possui várias definições que privilegiam aspectos diversificados, como ações e não ações, processo decisório, atores políticos e planejamento. Adenda que os estudos sobre essa temática buscam explicar a natureza das políticas e seus processos e não o conteúdo, enquanto as pesquisas a respeito das políticas sociais discutem o estado do bem-estar social, tendo o processo como pano de fundo, focado nas consequências da política. Para tanto, procura analisar as questões a qual busca resolver.

Para Lima (2012) a política pública é entendida a partir dos atores protagonistas do processo. Nesse sentido, destaca a abordagem estadista que adjetiva o termo política em função do decisor, o Estado, a qual facilita os exames, na medida em que reduz o universo autoral do Estado, principal meio de ação das políticas públicas, para atender às demandas da sociedade; e a segunda a visão multicêntrica que o qualifica em função da identificação do objetivo da política e se o problema a resolver é público ou privado.

Höfling (2001) compreende as políticas públicas como o Estado em ação, ou seja, segue o ponto de vista estatístico em que o Estado implanta um projeto de governo, por intermédio de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade, e que visam o desenvolvimento de um dado setor da sociedade, além de determinar como serão utilizados os recursos públicos, cujas políticas mais conhecidas são educação, saúde, assistência social, transporte e habitação.

Silva e Silva (2008) adendam que política pública é um mecanismo de mudança social, de distribuição de renda e de equidade orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais menos favorecidos. Dessa forma, são formuladas em respostas a pressões sociais ou a problema que afetam indivíduos, e são reconhecidos pela sociedade como um todo, planejadores organizacionais, líderes políticos ou empresariais, legisladores, mídia, etc.

Já Johnson e Silva (2014) concebem política pública como um processo decorrente de atividade intencional, desde a formulação à execução, que visa satisfazer as necessidades básicas de uma população.

Assentado nessa apreensão, ressaltam que a avaliação consiste em um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, por orientar os tomadores de decisão quanto à continuidade e às correções imprescindíveis ou mesmo suspensão de uma determinada política. Logo, avaliar conduz ao julgamento e a apreciação, alicerçado no



pressuposto da existência de critérios para tal procedimento (COSTA; CASTANHAR, 2003; RAMOS; SCHABBACH, 2012).

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), avaliar implica no exame sistemático e claro de uma política, projeto ou programa que está em curso ou finalizado, que contemple as fases de formulação, desempenho, implementação e resultados, com vistas à definição de eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância dos objetivos (UNICEF, 1990).

Para tanto, se faz indispensável entender o que é avaliação de políticas públicas, estabelecida como uma área de atividades dedicada a coletar, analisar e interpretar informações sobre a formação, a implantação e o impacto das ações governamentais que pretendem melhorar as condições de vida da população (JOHNSON; SILVA, 2014).

Portanto, a eficácia das políticas públicas implantadas exige a avaliação e o acompanhamento contínuos. Salienta que pode ser uma avaliação acadêmica, mais formal, com interesse em gerar um novo conhecimento sobre a efetividade das políticas, os impactos e os benefícios, ou uma avaliação realizada durante o período de implementação das políticas e programas governamentais, com foco na análise de sua eficiência e eficácia, com finalidade de reduzir os custos e adequar o uso dos recursos escassos (DRAIBE, 2001).

A incorporação da avaliação no âmbito da gestão pública se fixa desde o período entre a primeira (1914-1918) e a segunda guerra mundial (1939-1945), em que há uma valorização do planejamento social das ações estatais. Destarte, na década de 1950 foi introduzida a expressão análise de política pública, conciliando o conhecimento científico com as atividades práticas dos governos, derivado da constante preocupação para mensurar os impactos das políticas públicas, particularmente na Europa (FREY, 2000; JOHNSON; SILVA, 2014).

Em consonância com Arrete (2003) e Silva e Silva (2008), somente na década 1960 expandiu-se para os Estados Unidos a concepção de políticas públicas de combate à pobreza. Outrossim, destacam que a mesma era caracterizada pelo excessivo uso de instrumentais técnicos e metodológicos baseados em dados estatísticos.

Sublinham que nesse período foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais Aplicadas (IPEA), embora somente nos anos 1990, a avaliação de políticas públicas foi consolidada, embalada pelos processos de democratização das políticas sociais que convocavam os diversos setores sociais a participarem diretamente da gestão pública (JOHNSON; SILVA, 2014).



Em consonância com Oliveira (2006), as políticas públicas consistem em um conjunto de decisões tomadas pelos gestores, que buscam na avaliação e no monitoramento fundamento para o desenvolvimento e adaptação da gestão. Ou seja, configuram em um mecanismo de *feedback*. E dessa maneira, a avaliação cumpre o papel de retroalimentar a gestão para o aperfeiçoamento.

Diante do reconhecimento da importância da política pública como ação do Estado para a melhoria da qualidade de vida, torna-se imprescindível aprofundar o estudo sobre a avaliação do processo de criação e de implantação da política, e dos impactos resultantes, com o propósito de divulgar e fomentar o debate público em torno das alternativas de intervenção governamental.

## 2.2 Aspectos metodológicos da avaliação de políticas públicas

Segundo Silva e Silva (2001), metodologicamente existem diferentes modalidades de avaliação que podem ser classificadas conforme os critérios de tipo e de natureza. O primeiro refere-se a relação temporal que permite distinguir entre as avaliações *ex-ante* (ou avaliações diagnósticas) que ocorrem durante a fase de preparação e formulação da política com o fito de dar suporte à decisão de implementar ou não a política, e as avaliações *ex post* que sucedem concomitante ou após a execução da política com o objetivo de avaliar a efetividade da mesma por meio dos resultados, impactos e efeitos, ou seja, trabalham com impactos e processos; e a segunda, diferencia-se em avaliação de resultados ou impacto que visam identificar a quantidade, com que qualidade os objetivos da política foram cumpridos, e a avaliação de processo, cujo foco é o desenho e as características organizacionais e de desenvolvimento da política, ressaltando os fatores que facilitam ou impedem o alcance dos resultados.

Para Lobo (2001), faz mister a formação de uma rede de potenciais avaliadores das políticas públicas, composta por entidades de cunho acadêmico e do setor não governamental. Acrescenta que é fundamental o desenho de estratégias de avaliação que atenda as necessidades da tomada de decisão governamental e que possibilite o controle social. Para tanto, as estratégias metodológicas devem combinar informações quantitativas e qualitativas.

De acordo com Johnson e Silva (2014), a qualidade das informações e indicadores relacionados com a realidade que a política busca modificar é essencial, desde a elaboração, o planejamento, a implantação e as avaliações. Pois, a construção de indicadores, quantitativos



e qualitativos, permite, ao longo do tempo, a elaboração de séries históricas, além de possibilitar a comparação com outras situações e com as metas propostas pela política.

Diante do exposto, a avaliação de processo e impactos da política pública é uma forma de mensuração, de julgamento de valor que parte de critérios como eficiência, eficácia, impacto, efetividade, sustentabilidade, análise custo-efetividade, satisfação do usuário e equidade (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Portanto, destaca-se que a operacionalização para identificação e quantificação dos resultados obtidos se dá por meio de indicadores que devem ser construídos, respeitando as especificidades da política pública, do local e da população atingida.

### **3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9 DE 2 DE JULHO DE 2013**

Na região do delta do rio Parnaíba, localizado ao norte dos estados do Piauí e do Maranhão, o caranguejo-uçá constitui-se no principal recurso pesqueiro para as comunidades locais, em virtude de grande abundância e facilidade de captura realizada de forma artesanal. Apesar de não existir dados precisos sobre o número de catadores de caranguejo, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) estimou que a região contasse com 6.500 catadores, sendo 2.500 no Piauí e 4.000 no Maranhão (MMA, 2000).

Segundo Crespo (2012), o limitado acesso das comunidades aos benefícios sociais básicos de educação, de saúde, de habitação, entre outros, contribuíram para a dependência dos recursos dos manguezais.

Logo, essa contextualização se adequa ao posicionamento de Legat e Puchnick (2003), em que o caranguejo-uçá é um importante recurso pesqueiro, com elevado valor socioeconômico por gerar trabalho e renda para as famílias ao longo da cadeia produtiva. Entretanto, sem embargo essa constatação apresenta diversos gargalos que ocasionam problemas socioeconômicos e ambientais, como a comercialização que se baseia predominantemente na forma *in natura*, sendo apenas uma pequena parte beneficiada, e a captura e o manuseio incorreto do animal, desde os catadores até os distribuidores.

Em consonância com Soares e Gomes (2014), a comercialização do produto *in natura* resulta na não agregação de valor ao recurso para as comunidades locais, o que significa que a auferição de maiores rendas por parte dos catadores de caranguejo exige a pesca de grande quantidade de animais, o que pressiona os manguezais gerando sobrepesca e redução no peso

e no tamanho médio dos espécimes capturados. Patenteia que essa situação identificada, os preços dos produtos na origem da cadeia são considerados baixos, tanto do caranguejo vivo como dos beneficiados. O preço pago ao catador, por unidade de caranguejo inteiro nos anos de 2005 e 2006, variou entre R\$ 0,10 e R\$ 0,25 (LEGAT e PUCHNICK, 2009).

Adendam que desde o momento da captura até o consumo, ocorrem elevadas taxas de mortalidade seguidas de descarte. Devido à decomposição acelerada dos animais mortos, bem como à preferência pelo abate do animal no momento do preparo para o consumo, os indivíduos que chegam mortos nos pontos de venda são descartados sem nenhum aproveitamento da biomassa. Dessa forma, as taxas de mortalidade e desperdício na cadeia produtiva do caranguejo estão vinculadas à forma de captura, manuseio, estocagem e transporte, ou seja, ao tempo transcorrido entre a captura e o consumo.

A Ilustração 1 evidencia a forma de estocagem dos caranguejos durante o transporte aquático e terrestre, realizada entre as comunidades fornecedoras localizadas no delta do Parnaíba até o porto dos Tatus, município de Ilha Grande, e deste ao mercado consumidor de Fortaleza, estado do Ceará.



**Fotografia 1 - Acondicionamento do caranguejo para o transporte aquaviário e terrestre**

Fonte: Legat et al. (2006)

Assad et al. (2012) estimam que em torno de 20 milhões de caranguejos por ano eram extraídos na região deltaica, sendo que até os mercados consumidores percorrem distâncias de 350 a 500 km, havendo uma perda de 40% a 60% do crustáceo.

Conforme Crespo (2012), em estudo realizado para o PNUD foram apontadas cinco causas para a pressão excessiva sobre o caranguejo-uçá: baixo preço pago ao catador; sobreposição da temporada de acasalamento do Caranguejo-uçá com a alta temporada de turismo; ausência de alternativas econômicas sustentáveis que gerem renda para os catadores





durante o período de defeso; os catadores não recebem incentivos para não capturar durante os períodos de defeso; e, o grande número de catadores da região.

### 3.1 Processo de elaboração e implantação da Instrução Normativa

Pesquisadores da EMBRAPA Meio-Norte desenvolveram em 2004 e 2005, investigação que resultou na tecnologia que fundamentou a elaboração da política pública. Nesta foram desenvolvidos e testados quatro métodos de transporte utilizando-se 4.440 caranguejos e entre janeiro e dezembro de 2005 realizadas viagens mensais, sendo utilizados 80 caranguejos em cada método avaliado (LEGAT e PUCHNICK, 2009).

Adendam que ao longo da pesquisa, os desperdícios na cadeia produtiva do caranguejo foram minimizados, reduzindo a mortalidade para 5%, bem como estimaram positivos impactos ambientais, sociais e econômicos da atividade. Diante desse cenário, os pesquisadores recomendaram a utilização desta metodologia, nas regiões em que for constatada mortalidade seguida de descarte, a fim de contribuir para a sustentabilidade das pescarias de *Ucides cordatus*.

Ao final da pesquisa, em 2006, a tecnologia foi difundida para segmentos da cadeia produtiva na região deltaica e de Belém/PA e para órgãos ambientais estaduais e federais. Deu-se início a uma discussão junto ao IBAMA, cujas atribuições, a partir de 2007, estão a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Alicerçada nessa metodologia, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por meio da Instrução Normativa (IN) Nº 9, de 2 de julho de 2013, resolveu:

Art. 1º Estabelecer normas de acondicionamento para fins de transporte terrestre e aquaviário de carga viva de indivíduos de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Art. 2º Permitir o transporte de espécimes de caranguejo-uçá vivos, considerando os seguintes critérios:

I - as pessoas físicas ou jurídicas devem estar inscritas no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, para transporte de espécimes de caranguejo-uçá vivos;

II - as pessoas físicas ou jurídicas devem se enquadrar no disposto no inciso I deste artigo e devem estar acompanhadas de documento de comprovação de origem do produto;

III - os espécimes de caranguejo-uçá devem estar acondicionados desamarrados da seguinte forma:

a) quando em transporte terrestre: em caixas plásticas vazadas, forradas com espuma de acolchoamento embebida em água, conforme modelo descrito no anexo desta norma;

b) quando em transporte aquaviário: acondicionados em caixas plásticas vazadas, sacos, paneiros, peras ou acomodações que garantam a sobrevivência dos espécimes.

Parágrafo único. Após o descarregamento, as caixas e as espumas de acolchoamento devem ser lavadas e higienizadas.



A metodologia foi lançada para a comunidade pesqueira da região deltaica ainda em 2006, a partir de reuniões com catadores de caranguejo, intermediários e comunidades pesqueiras com a participação do IBAMA, podendo ser considerada uma estratégia de implementação. Com os benefícios obtidos com a diminuição brusca da mortalidade dos animais, fez com que a tecnologia fosse apropriada pelos grandes intermediários que são os responsáveis pelo transporte do produto entre as comunidades fornecedoras do delta do Parnaíba e os mercados consumidores de Fortaleza e Teresina. Destarte, a adoção prática da metodologia iniciou a partir de 2008 e passou a ser fiscalizada em 2014, com a entrada em vigor da IN MPA Nº 9/2013.

Outra estratégia foi o Fórum de discussão periódico, visando debater problemas e avanços da cadeia produtiva do caranguejo-uçá. Desde o primeiro, em 2002, contou com a presença de representantes da cadeia produtiva (catadores e intermediários) e de instituições de pesquisa, ensino, fomento, fiscalização e gestão. Neste espaço, demandou-se o desenvolvimento de técnicas de transporte e manuseio que diminuísse a mortalidade dos animais. Dessa forma, a política pública quando implementada já era de conhecimento dos envolvidos e já amplamente debatida pelos interessados na região deltaica, diferente do estado Pará.

Portanto, o êxito da normativa na região deltaica não foi repetido em comunidades fornecedoras do estado do Pará, provavelmente, pelo fato de não ter participado do processo de elaboração e implantação da política pública.

## 4 CONCLUSÃO

Com a implementação da IN MPA Nº 9/2013 que normatiza o transporte de caranguejo-uçá vivo, a mortalidade de animais foi reduzida significativamente, contribuindo para a sustentabilidade das pescarias de *Ucides cordatus*. Por conseguinte, influenciou o mercado e a cadeia produtiva, tendo em vista a menor quantidade de animais demandada, a exigência de indivíduos com tamanhos maiores, as alterações sofridas nos preços do produto.

Para os extrativistas, necessitaram de aumentar os cuidados na captura, para evitar ferir os animais ou coletar tamanhos abaixo do exigido pelo consumidor. Todavia, as regras impostas pela IN não afetou o fornecimento do caranguejo para o mercado local ou para o beneficiamento da carne, gerado uma situação de conflito entre fornecedores e compradores.



O alcance dos objetivos da normativa na região Delta do Parnaíba, pode ser atribuído a participação direta dos atores da cadeia produtiva no processo de elaboração, planejamento e implantação da IN MPA Nº 9/2013.

Portanto, a avaliação de processo visa a efetividade da política pública e permitiu apontar os êxitos e as dificuldades com base na análise das fases de formulação e implementação desta na região deltaica. Sublinha-se a capacidade de contribuição para o aperfeiçoamento da gestão em outras regiões atingidas pela normativa.

## REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

ASSAD, L.T.; TROMBETA, T.D.; DEPASSIER, J. ; SOUSA ROSA, A.B. DE; GOTFRIT, C. W. **Industrialização do caranguejo-uçá do Delta do Parnaíba**. Brasília: Codevasf: IABS, 2012.

BRASIL. **IN nº 9**, 2 de julho 2013. Disponível em:  
<http://www.mpa.gov.br/legislacao/instrucoesnormativas/221-instrucoes-normativas-2013>

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006.

BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C.. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CRESPO, F.L.S. Diagnóstico socioeconômico da atividade de cata do caranguejo na área piloto Delta do Parnaíba, **Relatório Projeto PNUD**, MMA-ICMBio Brasília, 2012.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 14 - 42.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, Jun., 2000.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas sociais). **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, Nov., 2001.

JOHNSON, G. A.; SILVA, M. A. da. Avaliação de políticas públicas: desafio latino-americano. In: ARCOVERDE, A. C. B. **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: UFPE, 2014.

LEGAT, J. F. A.; PUCHNICK-LEGAT, A.; PEREIRA, A. M. L.; GÓES, J. M.; FERNANDES GÓES, L. C. **Caranguejo-uçá: Métodos para captura, estocagem e transporte**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2006. v. 300. 25 p.

LEGAT, J.F.A.; PUCHNICK, A. **Metodologia para o transporte de caranguejo vivo com baixos índices de desperdício**. Tamandaré: CEPENE. 2009.

LEGAT, J.F.A.; PUCHNICK, A. **Sustentabilidade da pesca do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus*, nos Estados do Piauí e Maranhão**. Parnaíba: EMBRAPA Meio Norte, 2003.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface**, n. 5, Out., 2012.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2001.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

MMA - Ministério do Meio Ambiente, CEPENE e CEPNOR. Relatório da Reunião técnica sobre o estado da arte da pesquisa sobre o ordenamento da cata do caranguejo-uçá no Norte e Nordeste do Brasil. (**Relatório técnico**) Tamandaré /PE, 2000.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n.1, p.273-88, Mar./Abr., 2006.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. de B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012 . Disponível em: [www.cgs.ufba.br](http://www.cgs.ufba.br).

SILVA e SILVA, M. O. da. Avaliação de políticas e programas sócias: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA e SILVA, M. O. da; GUILHON, M. V. M; SOSA, S. de M. P. S.; LIMA, V. F. S. de A.; GURGEL, W.B. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-mtdológicos**. São Paulo: Veras editora; São Luis: GAEPP, 2008.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SILVA, P. L. B. Possibilidades metodológicas para avaliar sistematicamente programas governamentais: reflexões a partir da experiência latino-americana. In: A. C. B. **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: UFPE, 2014.

SOARES, J. C. C. GOMES, J.M.A. A pobreza e as condições de trabalho dos catadores de caranguejo no povoado de Carnaubeiras, Araioses - MA. **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 31, 2014, p. 179-202. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_31\\_9\\_Soares\\_Gomes\\_SL.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_9_Soares_Gomes_SL.pdf), Acesso em: 23 de agosto de 2016.

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation**. New York: Unicef, 1990.